

O pensamento dos intelectuais de Pelotas na I Conferência Nacional de Educação

Sergio Ricardo Pereira Cardoso
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal de Pelotas

Resumo: A década de 1920, no Brasil, foi marcada por movimentos intelectuais que tinham em convergência a promoção da educação como mola propulsora de uma nova estrutura social e política. No fervor dessa perspectiva, vários intelectuais de renome nacional fundam a Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924; algumas personalidades da elite política e intelectual de Pelotas, em consonância com os objetivos da ABE, criam a Seção Pelotense da ABE em 1926, chegando a participar da I Conferência Nacional de Educação (1927), com a tese intitulada “*Plano Synergico de Acção Nacionalista*”. Tendo por premissa que a referida tese sintetiza a mentalidade dominante na elite intelectual pelotense da época, este trabalho pretende analisar em que grau tal ideário estava em conformidade com a mentalidade desenvolvida em âmbito nacional. Para isso, utiliza-se principalmente a própria tese e as diretrizes tomadas pela SPABE, ambas adquiridas em pesquisas nos jornais da época. Ao final do estudo percebeu-se que o discurso da tese é atravessado pelo civismo e moralismo.

Palavras-chave: Intelectuais, Pelotas, Associação Brasileira de Educação.

Considerações Iniciais

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar e contextualizar o pensamento intelectual pelotense na década de 1920, que culminou com a criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (SPABE) em 1926, fomentada, dois anos antes, pela Associação Brasileira de Educação (ABE). Tais iniciativas irão resultar na apresentação da tese da SPABE na I Conferência Nacional de Educação, realizada em 1927 na cidade de Curitiba.

A fim de compreender melhor o contexto da criação da SPABE, é necessário remontarmos à década de 1920, caracterizada por profundas transformações diretamente

2

ligadas ao modernismo e ao processo de urbanização e industrialização brasileira. Toda essa dinâmica reflete-se também na sociedade, que começa a compor uma demanda cada vez maior de escola pública, gratuita e de qualidade; tais prospectos culminarão com o surgimento do “otimismo pedagógico” ou “entusiasmo pela educação”¹. Conforme Jorge Nagle, no momento em que transformações significativas, nos diversos níveis, ocorriam no mundo, o Brasil em particular presenciava consideráveis alterações na vida social, das quais o processo de industrialização, o imigratório e o de urbanização são alocados como impulsionadores e intensificadores dos dispositivos de escolarização².

Segundo Marta M. C. de Carvalho³, treze intelectuais cariocas fundaram, em outubro de 1924, a ABE. Esse grupo que se auto-denominou a “elite” intelectual que salvaria o país da barbárie social e econômica. A autora ainda acrescenta que a ABE, em verdade, foi consequência de uma tentativa malograda de se fundar um partido político que iria se chamar “Acção Nacional”. Carvalho conclui, em sua tese, que a ABE não embarcou ingenuamente no “otimismo pedagógico” ou “entusiasmo pela educação” dos anos 20; em seus discursos, estava claro a separação entre a educação “do povo” (ensino primário) e a educação “da elite” (ensino secundário e universidade). O Estado tinha o dever para com o ensino primário, já o acesso ao ensino secundário e universidade ficaria a par de cada um, promovendo a “hierarquia das capacidades”; para Carvalho⁴,

a ABE teria sido um dos instrumentos mais eficazes de difusão do pensamento pedagógico europeu e norte-americano, e um dos mais importantes, se não o maior centro de coordenação e de debates para o estudo e solução de problemas educacionais, ventilados por todas as formas, em inquéritos, em comunicados à imprensa, em cursos de férias e nos congressos que promoveu nas capitais dos Estados.

¹ NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 135.

² NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 26-38.

³ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

⁴ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998, p.31.

3

Entretanto, segundo Fernando Azevedo⁵, a ABE, entre outros, teve o grande mérito de aglomerar educadores de diversas regiões do país, o que possibilitou uma troca de informações, “abrindo oportunidades para debate largo sobre doutrinas e reformas”; como consequência, muitos dos assuntos debatidos nestas conferências foram contemplados no artigos 149 e 150 da Constituição de 1934 no que se refere ao livre acesso para todos os brasileiros, a gratuidade do ensino primário e a liberdade de ensino em todos os níveis da educação.

A iniciativa de Levi Carneiro em promover a fundação de filiais da ABE nas várias regiões do país surtem efeito em Pelotas, o que culmina com a fundação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (SPBAE), como bem mostra a notícia abaixo:

Associação Brasileira de Educação – Seção em Pelotas

Convocada pelo dr. Joaquim Luis Osório teve lugar hontem, ás 10 horas, no Gymnasio Pelotense [...] para tratar da criação nesta cidade de uma Seção da Associação Brasileira de Educação, com sede no Rio. [...] sendo escolhida a seguinte direcção provisoria para dirigir a sociedade até a sua constituição definitiva: Joaquim Luis Osório, presidente; Guilherme Echenique, secretário Miguel de Souza Soares, **d. Helena Tilmann, Joaquim Alves da Fonseca** [...] ficou assentado telegraphar-se ao dr. Levi Carneiro, cujo nome foi muito festejado, de congratulações com este eminente patricio pela fundação da Associação Pelotense de Educação, iniciativa que s. exa. animou, entre nós, quando na presidência da grandiosa instituição nacional com seus bons officios junto ao dr. Joaquim Luís Osório.⁶ [grifo intencional]

Nota-se claramente que as pessoas que faziam parte da SPBAE, em sua grande maioria, representavam a elite de Pelotas, destacando-se o nome de Joaquim Luís Osório; deve-se mencionar também que vários destes membros constituíam o Partido Republicano Rio-Grandense e/ou diretorias de instituições de ensino de Pelotas.

⁵ AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. 5ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971, p. 654.

⁶ Jornal “A Opinião Pública”, Pelotas, segunda-feira, 25 de outubro de 1926.

4

Um dos objetivos principais da SPABE focalizava a garantia de que “o ensino oferecido na cidade de Pelotas tivesse a qualidade e a abrangência necessária para proporcionar à sua população uma sociedade livre de tantos problemas que a assolavam”⁷. Entretanto, igualmente à ABE, havia nos discursos da SPABE a mesma intencionalidade em se montar duas vias de ensino: uma para a elite, e outra para o povo.

Os intelectuais sob a perspectiva gramsciana

Diante do fato de tanto a ABE quanto a SPABE, faz-se necessário definir quem é intelectual na visão gramsciana:

Quais são os limites "máximos" da acepção de "intelectual"? É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, dos outros agrupamentos sociais? O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais⁸.

Gramsci não identifica o intelectual pelas condições intrínsecas da intelectualidade, e sim pela identificação funcional dos intelectuais, isto é, pela função que exercem na sociedade. Desta forma, "todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais"⁹. Gramsci defende que todo ser humano, mesmo realizando a atividade mais singela, não deixa de ser um intelectual, pois em toda atividade sempre "existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo

⁷ PERES, Eliane; CARDOSO, Aliana A. A Criação da Seção Pelotense de Associação Brasileira de Educação (ABE-1926). In **Anais do IX Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação**. Pelotas: Seiva/ASPHE, 2003, p. 25.

⁸ GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1978, p. 6-7.

⁹ GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1978, p. 7.

5
de atividade intelectual criadora"¹⁰. Afirma ainda que, mesmo desenvolvendo em seu trabalho atividades predominantemente manuais,

fora de sua profissão desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui, assim, para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar¹¹.

Porém, mesmo que para ele não existam os não-intelectuais, Gramsci entende como intelectual aquele que exerce a sua intelectualidade, com prioridade no leque das funções sociais, ou até mesmo como profissão. Isso não significa que, para o autor, apenas os "grandes intelectuais" sejam vistos como intelectuais. Ele amplia este conceito à medida em que define o intelectual pela capacidade de organizar o tecido social. Gramsci defende que o intelectual

deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da "confiança" dos que investem em sua empresa, dos compradores de suas mercadorias, etc.).¹²

No entanto, é atribuída ao intelectual uma dupla função: por um lado, busca o consenso mediante a transmissão dos valores da classe dominante às classes subalternas, como sendo valores verdadeiros a serem seguidos; de outro lado, exerce a função coercitiva através do aparato administrativo, político, judicial e militar.

Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto), da confiança

¹⁰ GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1978, p. 7.

¹¹ GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1978, p. 7-8.

¹² GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1999. v. 2, p. 15.

que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.¹³

É importante ressaltar que os intelectuais não formam uma classe independente, mas vinculam-se diretamente a um grupo social. Esse vínculo está essencialmente relacionado com a atividade que exercem no seio da superestrutura, para tornar essa classe hegemônica e homogênea:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.¹⁴

Percebe-se, assim, que o intelectual não se justapõe a uma determinada classe; a classe é que cria os seus intelectuais de acordo com suas necessidades, isto é, a sociedade se defronta com situações e realidades que exigem o desempenho de determinadas atividades intelectuais. Sendo assim, além dos intelectuais que produzem ideologia, são criados intelectuais os quais Gramsci chamou de "intelectuais modernos"¹⁵, que abrangem os técnicos, empresários, engenheiros, economistas e profissionais das demais funções ligadas ao desenvolvimento das forças produtivas. São, portanto, os organizadores da função econômica da classe a que estão ligados organicamente.

Além de organizadores da função econômica, os intelectuais, como agentes produzidos por um grupo social, desempenham a função de intermediação, ou seja, tendo

¹³ GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1978, p. 11.

¹⁴ GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1978, p. 3-4.

¹⁵ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1999. v. 2, p. 22.

7

como "instrumento de trabalho" a ideologia, eles agem para obter consenso ou para criar resistência às instâncias do bloco histórico.

É nesse sentido que Gramsci os qualifica como "funcionários das superestruturas". Os intelectuais são as células vivas da sociedade civil e da sociedade política: são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, dando-lhe assim consciência de seu papel, e a transformam em "concepção de mundo" que impregna todo o corpo social. No nível da difusão da ideologia, os intelectuais são os encarregados de animar e gerir a "estrutura ideológica" da classe dominante no seio das organizações da sociedade civil (Igrejas, sistema escolar, sindicatos, partidos, etc.) e de seu material de difusão (mídia). Funcionários da sociedade civil, os intelectuais são igualmente os agentes da sociedade política, encarregados da gestão do aparelho de Estado e da força armada (homens políticos, funcionários, exército, etc.).¹⁶

Diante da perspectiva conceitual de Gramsci em relação aos intelectuais, pode-se agora deduzir que as elites intelectuais que fundaram a ABE e SPABE fazem parte de um grupo dominante das sociedades nacionais e locais respectivamente.

O pensamento intelectual de Pelotas na I Conferência Nacional de Educação

Já foi dito que a Associação Brasileira de Educação primava, entre outros aspectos, pela formação de filiais nas diversas regiões brasileiras; no entanto, a fim de unificar as propostas educacionais nestas filiais, a ABE começou a promover congressos, debates e avaliações nacionais em que estas participavam, que em 1927 resultou na I Conferência Nacional de Educação.

A Associação Pelotense de Educação, como também era chamada a SPABE, foi representada na I Conferência Nacional de Educação pelo Dr. Fernando Osório, que redigiu a seguinte tese:

¹⁶ PORTELLI, Hugues. *GRAMSCI e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 87.

A UNIDADE DO BRASIL

a) pela cultura literária;

b) pela cultura cívica;

c) pela cultura moral.

These elaborada pelo DR. FERNANDO OSORIO, por incumbência da Secção Pelotense da Associação Brasileira de Educação, e apresentada á Primeira Conferência Nacional de Educação que se reúne, hoje, no Estado do Paraná, cidade de Curityba.¹⁷

A escolha do Dr. Fernando Osório pela Diretoria da SPABE se deu pelo fato de ele ser advogado, professor da Faculdade de Direito de Pelotas e do Ginásio Pelotense, diretor da Escola Prática de Comércio e da Escola de Artes e Ofícios, além de ser presidente da Sociedade de Tiro Pelotense e da Biblioteca Pública Pelotense. Todas essas atividades davam ao Dr. Fernando Osório o status de ser o maior especialista em assuntos educacionais de Pelotas.

A referida tese congrega um ideário representativo do imaginário educativo da época. A educação higienista (o que valorizava o discurso da ciência e valorizava a educação física), a cruzada contra o analfabetismo, a defesa da instrução moral, bem como a missão salvacionista atribuída à educação em relação ao atraso social, político e econômico do Brasil.

A tese se configura, de acordo com as próprias palavras do autor, como um “PLANO SYNERGICO DE ACÇÃO NACIONALISTA”¹⁸, o que já explicita a intencionalidade da mesma em forjar uma identidade nacional baseada nos costumes e nas tradições, sendo a educação a mola-mestra desse plano.

No contexto nacional, o nacionalismo começa a ganhar força principalmente depois da I Guerra Mundial. Nagle¹⁹, cita o nacionalismo como um fenômeno conseqüente da insegurança em relação a um conflito externo (que ficou acentuado com a I Guerra Mundial), que só seria resolvido quando o caos sócio-econômico-político interno fosse resolvido. Marta

¹⁷ Jornal “Diário Popular”, Pelotas, 18 de dezembro de 1927.

¹⁸ Jornal “Diário Popular”, Pelotas, 18 de dezembro de 1927.

¹⁹ NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

9
de Carvalho²⁰, seguindo o raciocínio de Nagle, comenta, entre outras instituições, sobre a Liga de Defesa Nacional, que adotavam medidas cívico-educativas para a construção de uma determinada nacionalidade.

Sendo assim, a tese dividiu-se em 12 partes:

- 1º ORGAM: O Conselho Consultivo de Defesa Nacional Interna;
- 2º ORGAM: O Ministério da Educação Nacional;
- 3º ORGAM: A Federação do Magistério Nacional;
- 4º ORGAM: A Federação das Letras, Ciências e Artes Nacionais;
- 5º ORGAM: A Federação da Mocidade Nacional;
- 6º FACTOR: Criação das disciplinas de Sociologia Geral e Brasileira, de Direito Nacional e de Política científica (ethico-jurídica);
- 7º ORGAM: Sacerdócio Nacional;
- 8º ORGAM: Federação das Associações da Imprensa Nacional;
- 9º ORGAM: Aliança da Mães Brasileiras;
- 10º ORGAM: sem título (políticas de previdência social);
- 11º ORGAM: sem título (a educação do soldado-cidadão);
- 12º ORGAM: outros factores (Tradição e patriotismo).

Palavras finais, mas não definitivas.

Assim como na propaganda ideológica nacionalista, é importante observar que as idéias explanadas na tese em questão têm como principal suporte a educação, mas não qualquer uma; uma educação de caráter nacionalista, moralista, cívica e patriótica, que culminaria na formação do “soldado-cidadão”.

Os objetivos da ABE e da SPABE eram praticamente os mesmos: o de organizar e controlar a educação “popular”, pois seus membros se auto-identificavam como uma elite

²⁰ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

10

intelectual, que, no entender de Gramsci, estariam defendendo os interesses de uma classe social dominante.

Referências

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. 5ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1978.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1999. v. 2.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PERES, Eliane; CARDOSO, Aliana A. A Criação da Seção Pelotense de Associação Brasileira de Educação (ABE-1926). In *Anais do IX Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação*. Pelotas: Seiva/ASPHE, 2003.

PORTELLI, Hugues. *GRAMSCI e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Jornais Pesquisados:

A Opinião Pública (1926-1927);

Diário Popular (1926-1927).